

Senadores aprovam pacote que agiliza julgamentos na Justiça

O Plenário aprovou ontem à noite uma série de medidas que visam agilizar o funcionamento da Justiça brasileira. As mudanças no tribunal do júri – consideradas uma verdadeira revolução – eliminam alguns procedimentos e simplificam outros, para tornar mais céleres os julgamentos. Outro projeto exclui as chamadas provas ilícitas e facilita as provas periciais. Novidades como a videoconferência e a absolvição sumária também devem contribuir para tornar a Justiça mais rápida e eficiente. **Páginas 4 e 5**



No Plenário, os senadores discutem uma série de proposições que visam combater a impunidade. No presidência, Tião Viana (à esq., ao lado de Raupp e Mercadante) comanda sessão que votou grande número de projetos

Estados e municípios podem ter mais dinheiro

As transferências a estados e municípios via fundos de participação podem subir para R\$ 123,7 bilhões com a estimativa de receitas no âmbito do Orçamento para 2008. **Página 6**

PMDB apresenta quatro candidatos

O PMDB tem quatro candidatos à Presidência do Senado – Leomar Quintanilha, Neuto de Conto, Valter Pereira e Garibaldi Alves. O líder Valdir Raupp espera acordo até segunda-feira. **Página 5**

Votação da CPMF hoje depende de quórum

Lideranças da oposição querem votar a CPMF hoje no Plenário do Senado, mas o governo está cauteloso e pode adiar a decisão para a próxima semana. **Páginas 2 e 3**

Novas regras para uso de inseticidas

O país pode ter sua primeira lei voltada exclusivamente para os inseticidas. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. **Página 8**



Dornelles, relator na CMO, entre José Maranhão (E) e José Pimentel



Ideli, Zilda Arns, Paim e Jatene debatem a CPMF em comissão do Senado



Além da CPMF, sete emendas estão na pauta de votações

Mais quatro propostas de emenda à Constituição (PECs) cumpriram prazo regimental na sessão do Plenário de ontem e já estão prontas para votação. Com isso, além da PEC 89/07, que prorroga até 2011 a cobrança da CPMF, sete outras PECs já podem ser submetidas a voto.

Entre elas, está a PEC 13/03, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que estabelece regras para a criação e desmembramento de municípios no país. Conforme a proposta, decisões sobre desmembramento, fusão, criação e incorporação de municípios deverão ser feitas por lei estadual até 12 meses antes das eleições municipais. A PEC fixa ainda que nenhum novo município poderá ter área inferior a 100 quilômetros quadrados.

Expedito Júnior pede revisão da dívida do Beron

O senador Expedito Júnior (PR-RO) disse que o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu parecer que vai permitir ao Senado rever os prejuízos causados pela “intervenção criminosa” exercida pelo Banco Central (BC) no Banco do Estado de Rondônia (Beron). Ele lembrou que, em 2003, o governador de Rondônia, Ivo Cassol, entrou com um pedido de revisão da dívida na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, desde então, o projeto vem se arrastando por falta de vontade política. O senador afirmou que sempre defendeu a revisão da dívida que totalizava pouco mais de R\$ 40 milhões quando o Banco Central interveio.

– O BC deixou uma dívida de mais de R\$ 600 milhões – disse.

Coordenadora nacional da Pastoral da Criança diz que contribuição “é o melhor imposto que podemos ter”. Para ex-ministro da Saúde, tributo só poderá ser extinto com reforma tributária

Zilda Arns e Adib Jatene defendem cobrança da CPMF

A manutenção da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi defendida ontem pela coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns, e pelo diretor-geral do Hospital do Coração de São Paulo (Hcor), o ex-ministro da Saúde e idealizador do tributo, Adib Jatene. Os dois participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir a proposta de emenda constitucional (PEC) 89/07, a ser votada no Senado, que prorroga a vigência da contribuição até 2011.

– A CPMF é o melhor imposto que podemos ter, porque os pobres não têm conta corrente, não transferem recursos. Os ricos, sim. Os ricos vão pagar mais porque vão transferir mais recursos. Para recolher CPMF não se gasta e não se suborna. É um imposto que entra de verdade – observou Zilda Arns, acrescentando que o governo, as famílias e entidades sociais devem priorizar investimentos em saúde e educação.

Zilda Arns disse que enviou carta aos parlamentares em nome da Pastoral da Criança, que atende anualmente 2 milhões de crianças e gestantes, e da Pastoral do Idoso, que atende 92 mil pessoas por mês, solicitando a manutenção da cobrança do tributo.

Reforma tributária

Ao destacar que a CPMF destina anualmente R\$ 20 bilhões para a área de saúde, Adib Jatene avaliou que o tributo só poderá



Ideli (E), que solicitou debate, Zilda Arns, Paulo Paim, presidente da CDH, e Adib Jatene

ser extinto a partir da implantação de uma reforma tributária que seja compatível com as riquezas produzidas pelo país. Segundo ele, a tributação no Brasil é essencialmente declaratória e incide basicamente sobre produtos, bens e serviços, fazendo com que a cobrança se concentre sobre o consumidor.

– Não é o produtor quem paga, ele embute tudo no produto. A arrecadação do governo não corresponde à riqueza da nação. Temos que taxar herança, riqueza, patrimônio e renda. Por isso, a reforma tributária não passa e não podemos abrir mão dos remédios que temos – defendeu Jatene, acrescentando que a carga tributária é elevada para quem ganha pouco e muito baixa para quem concentra renda.

Adib Jatene explicou que, quando ministro da Saúde, sugeriu a criação da contribuição em caráter provisório devido à perspectiva de implantação da reforma tributária pelo governo, nos anos 90.

– Propusemos e a área econômica disse que em três anos iam fazer a reforma tributária e teriam recursos a oferecer ao Ministério da Saúde. A reforma tributária não foi feita e, por isso, a CPMF foi sendo prorrogada, não chegou outra fonte que viria pela reforma tributária – afirmou.

O ex-ministro da Saúde também explicou que, nos anos 90, os hospitais públicos passaram a viver de verbas do SUS, que seriam insuficientes para os custos administrativos e de manutenção. Segundo ele, a deficiência de recursos prejudica uma das melhores políticas de saúde do mundo.

Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou que Zilda Arns e Adib Jatene só tenham sido convidados para discutir a CPMF às vésperas do exame da PEC 89/07, condenando a ausência deles em outros debates sobre o tema. O senador disse ainda que os recursos vinculados viciam o governo, que passaria a “retirar” os recursos constitucionais.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão do Congresso

O Congresso Nacional realiza reunião hoje, às 12h30, no Plenário da Câmara, para votar pedidos de créditos adicionais feitos ao Orçamento. Serão beneficiados ministérios e órgãos do governo.

Homenagem a São Luís

Às 11h, sessão especial comemora o décimo aniversário do título de Cidade Patrimônio da Humanidade obtido pelo município de São Luís (MA).

Mudanças na CLT

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa pauta de 12 itens, entre eles o que altera a CLT e beneficia acompanhantes de pessoas com deficiência. Às 9h, sala 3, Ala Alexandre Costa.

Novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se para examinar a indicação de novos embaixadores brasileiros. Será na sala 7, Ala Alexandre Costa, às 10h.

Livro infanto-juvenil

Lançamento do livro infanto-juvenil *São Luís: azulejos e poesia*, de Antonio Carlos Lima e Jesus Santos. Às 18h30, na biblioteca.

Co-geração de energia

A Subcomissão dos Biocombustíveis, da CRA, debate as perspectivas de co-geração de energia nas usinas de açúcar e de etanol. A reunião será às 10h, sala 15, Ala Alexandre Costa.

Crédito para biodiesel

A CI reúne-se para analisar projetos, incluindo o que dispõe sobre crédito na área do biodiesel. Às 11h, sala 13, Ala Alexandre Costa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Gerson Camata, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho e Eduardo Suplicy

Enquanto senadores opositores pressionam por deliberação na sessão de hoje, governistas adotam cautela, à espera de 49 votos favoráveis à proposta



Tião Viana (D) sugere que a CPMF passe a ter o nome de Lei Adib Jatene

Viana quer colaboração voluntária para a saúde

O presidente interino do Senado, Tião Viana, defendeu a idéia de que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) deixe de ser considerada um tributo para ganhar o *status* de “colaboração voluntária do povo brasileiro para ajudar o país a romper com as desigualdades sociais”. Ele fez essa recomendação ao discursar ontem na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento da Saúde (PAC da Saúde), realizada no Palácio do Planalto.

– Acho que a melhor maneira de o Brasil fazer uma homenagem à universal História da Medicina e da Saúde, que tem uma página linda escrita por um personagem chamado professor Adib Jatene, seria dizermos: a CPMF deixa de ser imposto, deixa de ser algo que sacrifica alguém e passa a ser chamada de uma determinação do povo brasileiro em romper com as desigualdades na área

da saúde. E passa a ter o nome de Lei Adib Jatene – sugeriu.

Desigualdade

Ao falar dessas desigualdades, Tião Viana considerou inaceitável que haja mais tomógrafos computadorizados na Avenida Paulista do que na França e do que em muitas regiões brasileiras. O parlamentar ressaltou que essa discrepância na quantidade de tomógrafos não é culpa de São Paulo, mas resultante das “desigualdades regionais enfrentadas pelo Brasil”.

O senador disse também que, ao se observar a dívida que o Brasil tem com a saúde pública, percebe-se a importância do PAC da Saúde e de outro assunto que não se limita mais a um simples tributo, a CPMF.

– Nós não podemos mais falar em imposto quando o assunto é assegurar R\$ 40 bilhões por ano ou R\$ 160 bilhões em quatro anos para reduzir as dívidas com a saúde pública no Brasil.

João Pedro: PAC da Saúde vai mudar atendimento médico

O senador João Pedro (PT-AM) elogiou o lançamento do chamado PAC da Saúde pelo presidente Lula, em cerimônia que contou com a presença de um grande número de governadores. João Pedro informou que o novo programa prevê o gasto de R\$ 90 bilhões até 2011, com a contratação de aproximadamente 3 mil servidores e a compra de milhares de equipamentos hospitalares,

entre eles 2.600 aparelhos para hemodiálise.

– O PAC da Saúde vai mudar o atendimento médico do Sistema Único de Saúde. Será uma das principais ações do governo Lula – disse o parlamentar, ao elogiar a atuação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

João Pedro voltou a defender a aprovação da proposta que prorroga a CPMF até 2011.

Votação da CPMF depende de quórum

Pressa na oposição e cautela na base governista: é essa a expectativa quanto à votação em primeiro turno da prorrogação da CPMF. Durante reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ocorrida ontem (*veja matéria abaixo*), opositores como os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do DEM, José Agripino (RN), defenderam a votação da proposta na sessão deliberativa de hoje.

– Queremos ver esse assunto discutido e votado amanhã [*hoje*] – declarou Agripino, lembrando que essa data havia sido sugerida pelo próprio líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR).

Algumas horas antes, o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), também havia dito que a votação poderia ocorrer hoje. “Estou pronto para colocar a matéria em votação,

desde que esse seja o entendimento entre as partes”, observou Viana.

Mas, ao ser entrevistado ontem, Jucá disse que a votação em Plenário depende da “existência de quórum”.

– O governo precisa de 49 votos, sim, e por isso não posso prescindir de nenhum – afirmou ele, acrescentando que, caso isso não ocorra, “a proposta será colocada em votação na próxima terça-feira”.

Quórum

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), também declarou que a votação deve ocorrer na semana que vem. Ele alegou que, como muitos senadores “estão viajando na quinta-feira”, dificilmente haverá quórum para a apreciação da matéria.

Já Arthur Virgílio observou que, “se eles [*a base do governo*] não querem votar nesta quinta-feira, isso é um sinal de que não estão se sentindo tão

fortes assim”.

– É estranho que um governo que se apresenta como se fosse forte não queira cotejar votos conosco – ressaltou.

Entendimento

O presidente interino do Senado destacou os progressos da proposta na Casa, observando que, “até agora, nós conseguimos caminhar com pequenas divergências e muito entendimento numa matéria difícil e complexa que envolve posições antagônicas entre base do governo e setores da oposição”.

Para Tião Viana, o que importa é caminhar nesse ambiente de responsabilidade política e de entendimento no que for possível.

O governo depende da aprovação dessa proposta até 31 de dezembro para não perder R\$ 40 bilhões de arrecadação da CPMF em 2008.



Entre senadores da CCJ, Jucá argumenta que mudanças visavam inviabilizar a proposição

Rejeitadas as emendas, proposta está pronta para voltar ao Plenário

Foram rejeitadas ontem as emendas de Plenário à proposta que prorroga a CPMF. A CCJ aprovou o relatório do líder governista Romero Jucá derubando as 19 emendas, apresentadas em sua maioria pela oposição.

Se essas emendas fossem aprovadas, a matéria seria alterada e teria de retornar à Câmara dos Deputados, o que impediria a sua aprovação antes do fim do ano – como quer o governo, para que não haja interrupção na cobrança da CPMF. Com a decisão, a proposta fica pronta para ser votada em primeiro turno no Plenário.

Jucá afirmou que algumas emendas foram rejeitadas porque tinham o objetivo de “inviabilizar o cerne da proposta”, que é a prorrogação da cobrança da CPMF. Ele disse ainda que outras foram rejeitadas porque

determinavam a redução paulatina da alíquota da contribuição – possibilidade já prevista na proposição, desde que realizada por meio de projeto de lei ou medida provisória. Jucá lembrou que, além disso, o governo fez um acordo prevendo essa redução gradual.

O líder governista explicou ainda que outras emendas propunham a reestruturação da cobrança da CPMF. Ele argumentou que as medidas apresentadas são válidas, mas que tinham de ser discutidas no âmbito de uma reforma tributária.

A proposta que prorroga a vigência da CPMF tramita no Senado como PEC 89/07 – essa matéria foi aprovada na Câmara como PEC 50/07.

Senado tem agora chance de recuperar prestígio, diz Alvaro

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), votar contra a CPMF é uma declaração de independência do Senado em relação ao Executivo. A afirmação, feita ontem em Plenário, é uma resposta à declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu aos governadores para convencer os “seus” senadores a votar a favor da prorrogação da contribuição e se declarou uma “metamorfose ambulante”, para justificar a atual defesa da CPMF. No passado, o PT foi contrário.

– A extinção da CPMF seria um fato novo capaz de iniciar um tempo de recuperação da credibilidade, uma declaração de independência do Senado em relação ao Executivo e uma resposta às aspirações da sociedade sobre a política tributária brasileira – afirmou o senador.

O fim da CPMF, explicou Alvaro Dias, exigirá do governo federal a adoção de mecanismos eficazes de controle de gastos públicos para evitar desperdício e o levará a discutir com a sociedade, com os governadores e prefeitos um novo modelo tributário para o país.

– A médio e longo prazo, significará um incremento da receita pública.



Alvaro quer independência

Propostas acolhidas ontem pelos senadores, dentro do pacote antiviolação, alteram o processo penal para garantir maior eficiência à atuação da Justiça

Duplo grau de jurisdição pode ser limitado

Será enviada à Comissão Diretora a redação final de substitutivo a projeto da Câmara, aprovado ontem pelo Plenário, que altera o Código de Processo Civil com o objetivo de limitar o alcance do duplo grau de jurisdição.

A proposta original (PLC 6/05) extinguiu o duplo grau. Por esse instituto, decisões judiciais definitivas podem ser submetidas a um novo julgamento, por órgão especializado, geralmente colegiado, mediante recurso.

Relator da proposta na Comissão de Justiça, Pedro Simon (PMDB-RS) preferiu, em vez de extinguir, limitar o alcance do duplo grau de instrução, acatando emenda nesse sentido apresentada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ficou estabelecido o teto de 500 salários mínimos para o fim dessa obrigatoriedade.

O Plenário também aprovou projeto (PLS 337/99) de iniciativa do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que regula a gratuidade dos honorários de perito.

Estímulo à doação de sangue do cordão umbilical

Projeto da deputada Rita Camata (PMDB-ES) que garante a toda mulher acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário, durante o período de consultas de pré-natal e no momento do parto, foi aprovado ontem pelo Plenário. A matéria vai à sanção do presidente da República.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou que pesquisadores identificaram no cordão umbilical grande número de células-tronco hematopoéticas, que podem ser utilizadas em transplantes de medula óssea nas pessoas com alguns tipos de leucemia e outras doenças.

Apoiaram o projeto Arthur Virgílio (PSDB-AM), Magno Malta (PR-ES), Patrícia Saboya (PDT-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), José Agripino (DEM-RN), Marco Perillo (PSDB-GO) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Senado aprova mudanças para agilizar funcionamento do júri

Uma verdadeira revolução no funcionamento do tribunal do júri é o que objetiva projeto de lei aprovado ontem pelo Senado, por meio de substitutivo, que introduz alterações no Código de Processo Penal. A proposta visa acelerar o julgamento com a adoção de medidas como a eliminação do libelo acusatório e do protesto para se requerer um novo júri e prazo máximo de duas horas para leitura de peças do processo.

A coordenadora do grupo criado no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que analisou a proposta (PLC 20/07), senadora Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou que a agilidade que se pretende imprimir à Justiça é imprescindível no combate à impunidade. Ela disse que o retardamento de um julgamento só serve a quem quer fugir da ação judicial.

Por sua vez, o relator do projeto de lei, Demostenes Torres (DEM-GO), afirmou que as mais de cem modificações modernizam a



Ideli diz, no Plenário, que celeridade da Justiça é imprescindível no combate à impunidade

Justiça e assinalou que o tribunal do júri é onde o povo pode ser juiz e, por isso, o mais importante de todos os tribunais. O senador observou que os processos que levam anos poderão ser resolvidos em até três meses.

– O advogado quando quer enrolar o processo manda ler o procedimento, que pode levar dois ou três dias. Agora as partes poderão indicar as peças que devem ser lidas no prazo máximo de

duas horas – disse Demostenes. Ele acrescentou que, para evitar o protesto por um novo júri, os juízes chegam a aplicar penas de 15 anos, 17 anos, “para evitar a volta do processo à estaca zero”.

O projeto de lei voltará à Câmara dos Deputados, uma vez que sofreu modificações no Senado. Mas, como informou Ideli Salvatti, houve um entendimento com aquela Casa para que as modificações sejam mantidas.

Proposta exclui provas ilícitas e acelera a atuação da perícia

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei da Câmara que exclui provas ilícitas dos processos penais e visa agilizar as provas periciais. A proposta, que integra o chamado pacote antiviolação do governo federal, recebeu dez emendas apresentadas por senadores e, por isso, retonará à Câmara dos Deputados, para nova análise.

A iniciativa proíbe ao magistrado fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos colhidos na fase de investigação criminal; permite que a acusação, o acusado e a vítima formulem quesitos e indiquem assistentes técnicos para acompanhar as perícias; e protege o ofendido, que será comunicado de todos os atos processuais relativos à entrada e à saída do acusado da prisão, além de poder receber assistência psicossocial, de saúde e jurídica, pagas pelo ofensor ou pelo Estado.

Interrogatório

A proposta garante ainda a incomunicabilidade das testemunhas antes e durante a audiência de inquirição; estabelece que o réu e as testemunhas de acusação e defesa serão ouvidos pelo juiz em uma única audiência e que as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente às testemunhas, sob controle do juiz, além de prever a possibilidade de inquirição de testemunha por videoconferência.

A matéria aprovada também determina que o exame de corpo de delito e outras perícias sejam realizadas por perito oficial portador de diploma de curso superior, determinação que não consta na atual lei.

Emenda estabelece como regra a videoconferência

O Plenário enviou para análise da Comissão Diretora do Senado emenda apresentada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) a projeto de lei que altera o Código de Processo Penal para instituir a videoconferência como regra no interrogatório judicial. A emenda adapta a redação final da proposição, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Depois do parecer sobre a emenda, a matéria retornará à apreciação do Plenário.

De acordo com o projeto (PLS 139/06), os interrogatórios e audiências judiciais serão realizados por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de presença virtual em tempo real, assegurados canais telefônicos reservados para a comunicação entre o defensor que permanecer no presídio e os advogados presentes nas salas de audiência dos fóruns.

A comunicação telefônica também deve estar assegurada para o preso e os advogados. Nos presídios, de acordo com o projeto, as salas reservadas para esses atos serão fiscalizadas por um oficial de Justiça, funcionários do Ministério Público e um advogado designado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O projeto, que também integra o chamado pacote antiviolação, aprovado pela Comissão de Justiça, prevê ainda que o interrogatório ou audiência só serão realizados no presídio em que se encontrar o preso se não houver condições para a videoconferência.

Absolvição sumária contribuirá para rapidez processual

Substitutivo da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) a projeto de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados que também visa conferir celeridade aos processos foi acolhido ontem pelos senadores. A iniciativa reduz a tramitação na Justiça, com a criação, por exemplo, da figura da absolvição sumária.

Conforme o projeto (PLC 36/07), ainda durante a defesa preliminar, explicou Ideli, o juiz pode determinar se a acusação e a defesa têm consistência para a continuidade do processo, ou se a defesa preliminar é substancial para absolver sumariamente.

– Esse procedimento com certeza irá eliminar dos tribunais milhares e milhares de processos sem sustentação consistente.

Outra importante mudança é a determinação de que a instrução e o julgamento do processo sejam feitos em uma só audiência, realizada no máximo em 60 dias.

Prazos

Hoje, esclareceu Ideli, após o recebimento pelo juiz da denúncia do Ministério Público, realiza-se primeiro o interrogatório do acusado, que tem três dias para apresentar defesa prévia. Após, marca-se audiência para ouvir as testemunhas de acusação, e só depois disso ouvem-se as de defesa. Outros prazos para realização de diligências, se forem necessárias, são abertos, e só depois disso abre-se prazo para as alegações finais por escrito.

O Plenário aprovou outras duas proposições que modificam o Código de Processo Penal e vão agora à Câmara, por ter sofrido modificações.

– Tudo isso fará com que o procedimento seja mais rápido e benéfico. Estamos contribuindo para melhorar o Direito no nosso país – analisou Demostenes Torres, integrante do grupo de trabalho.



“Estamos contribuindo para melhorar o Direito no país”, afirma Demostenes

Outros projetos aprovados

Além das proposições relacionadas ao Judiciário, os senadores votaram na sessão de ontem indicações de embaixadores e projetos sobre datas comemorativas, categorias profissionais, acordos internacionais e reivindicações da área cultural.

Acolhidos novos embaixadores

O Plenário aprovou indicações para embaixadas brasileiras nos seguintes países: Haiti, Montenegro, Timor-Leste, Guatemala, Suriname e Moçambique (cumulativamente com Suazilândia, Seicheles e Madagascar). Também foi aprovado o delegado permanente do Brasil junto à Unesco.

Conselho de Justiça ganha 116 cargos

A criação de 88 cargos de provimento efetivo, sete cargos em comissão e 21 funções comissionadas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi acolhida ontem pelo Plenário.

A matéria, de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovada na Câmara dos Deputados no início de novembro.

Arquitetos terão seu próprio conselho

Vai à sanção presidencial projeto que regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo e cria os respectivos Conselho Federal e conselhos regionais. O Plenário acolheu emendas da Câmara a projeto do Senado que desmembra essa categoria do órgão correspondente dos engenheiros.

Homenagem a Brizola e Gaudêncio Ramos

Trecho de rodovia e um aeroporto serão renomeados com a aprovação de projetos de lei no Plenário. Leonel Brizola dará seu nome ao trecho da BR-386 entre as cidades de Canoas e Iraí (RS). Já o aeroporto federal de Alegrete (RS) receberá o nome de Gaudêncio Machado Ramos.

Novas datas comemorativas

Foram acolhidos projetos que criam datas comemorativas para notários e registradores (18 de novembro) e conselheiros tutelares (também 18 de novembro). Outra proposta acolhida institui o Dia da Amazônia, a ser comemorado em 5 de setembro. Todas as matérias seguem para sanção presidencial.

Projetos beneficiam afrodescendentes

A “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” pode integrar o currículo oficial da rede de ensino, conforme projeto acolhido pelo Senado. Outra proposta aprovada garante parte dos recursos alocados em ações de qualificação profissional à população afrodescendente.

Gestante saberá local do parto quando se inscrever

Vai à sanção presidencial o projeto aprovado ontem à noite pelo Plenário, na forma de substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O principal objetivo da proposição, elaborada pela deputada Luíza Erundina (PSB-SP), é determinar que, no ato da inscrição

no programa de acompanhamento pré-natal, os hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) informem à gestante a maternidade na qual ela realizará o parto.

O projeto também estabelece que, no ato da referida inscrição, a gestante também tomará co-

nhecimento da maternidade onde deverá ser atendida, caso haja necessidade, durante o pré-natal. Estipula ainda que o SUS cuidará da transferência da gestante quando a maternidade vinculada não apresentar aptidão técnica e pessoal para a assistência adequada.

Estímulo a salas de cinema no interior

O Senado aprovou ontem projeto de lei que estende o benefício de dedução integral do Imposto de Renda às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes. A proposta é de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Projeto regulamenta mobilização nacional

O Plenário acolheu projeto que dispõe sobre a mobilização nacional e cria o sistema correspondente. A matéria, de autoria da Presidência da República, vai à sanção. A mobilização nacional consiste no “conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado” para fazer face a uma agressão estrangeira.

Exigência de prova de tempo de serviço

Projeto de lei que impede a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses foi acolhido pelo Plenário. Aprovado como substitutivo, a matéria foi à Comissão Diretora para apresentação da redação final e será novamente submetida ao Plenário.

Comparecimento do presidente do BC

Projeto de resolução que determina o comparecimento do presidente do Banco Central à Comissão de Assuntos Econômicos a cada três meses, para expor, em audiência pública, os fundamentos e a forma de execução da política monetária foi aprovado e vai a promulgação.

Comissão de Educação incorpora cultura

O Plenário acolheu projeto de resolução que altera o nome da Comissão de Educação para Comissão de Educação, Cultura e Desporto. A sigla antiga, CE, será mantida. Ao incorporar Cultura e Desporto à sua designação, a comissão torna mais clara a sua agenda permanente de trabalho.

Extradição entre Brasil e Canadá

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que ratifica o tratado de extradição celebrado entre Brasil e Canadá assinado em 1995. De acordo com o tratado, a extradição só será concedida por conduta que seja considerada crime nos dois países.

Romero Jucá sugere que eleição para presidente da Casa seja adiada para não atrapalhar votação da PEC da CPMF



Gerardo Magela

Bancada peemedebista realiza eleição interna para escolher nome na próxima terça

PMDB apresenta quatro candidatos à Presidência do Senado

A bancada do PMDB se reuniu ontem para discutir a sucessão à Presidência do Senado. Quatro candidatos foram apresentados: além de Garibaldi Alves Filho (RN), Valter Pereira (MS) e Neuto de Conto (SC) – que já haviam apostado seus nomes na terça-feira, quando o até então presidente Renan Calheiros (PMDB-AL) renunciou ao cargo – disputará também a cadeira o senador Leomar Quintanilha (TO).

De acordo com o líder da bancada, Valdir Raupp (RO), outros candidatos podem ser lançados até a próxima terça-feira, quando os membros do partido realizarão a eleição interna, a partir das 9h. A idéia, de acordo com Raupp, é que o partido tenha chegado a um consenso já na segunda-feira à noite.

– Tenho conversado também com os líderes de outros partidos. O bom para a Casa, neste momento, é que saia apenas um nome não somente da bancada do PMDB, mas de todas as bancadas – disse Raupp.

O líder do governo, Romero Jucá (RR), acrescentou que se empenhará junto às lideranças para evitar uma eventual disputa. Jucá defende a construção de um acordo que leve ao adiamento da eleição para a Presidência, para que a sucessão não atrapalhe a votação em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição (PEC 89/07) que prorroga a cobrança da CPMF, prevista para acontecer na próxima terça-feira.

O ex-presidente Renan Calheiros não participou da reunião.

Senadores elogiam recondução de Arthur Virgílio à liderança do PSDB

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) foi reconduzido pelo período de mais um ano para liderar a bancada do partido no Senado. A comunicação foi feita por Marconi Perillo (PSDB-GO), que revelou que a recondução se deu de forma unânime. Marconi também classificou Virgílio de “extremamente lúcido, combativo, equilibrado, aguerrido, defensor do Estado de direito e da democracia”.

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), de-

sejou “o mais elevado êxito” na condução da liderança por mais um ano. O presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PE), revelou que “nunca foi tão fácil reconduzir um líder”.

– É uma responsabilidade muito grande liderar uma bancada que reúne ex-governadores de estados, ex-ministros e senadores que têm condições de governar estados ou ocupar ministérios. Fazer oposição com firmeza é a marca do PSDB. Tenho orgulho do meu partido – disse Arthur Virgílio.

Quintanilha arquivava duas representações contra Renan

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), determinou o arquivamento da quarta e da quinta representações contra o ex-presidente da Casa Renan Calheiros (PMDB-AL). O arquivamento do quarto processo foi determinado a pedido do relator da matéria, Almeida Lima (PMDB-SE), que considerou sem fundamento a denúncia de que Renan participara de um esquema de arrecadação de fundos para o PMDB em ministérios controlados pelo partido.

A quinta representação, ainda sem relator, tratava de suposta espionagem contra os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Demostenes Torres (DEM-GO), mas foi considerada “inepta” (sem amparo legal).

Protesto

A decisão provocou protestos. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a decisão “monocrática” de Quintanilha diminuiu o papel dos conselheiros. O arquivamento das representações, segundo ele, só poderia ser dar por consulta aos integrantes do colegiado.

Virgílio lembrou que Marconi Perillo fez na terça-feira um aditamento pedindo investigações sobre o possível envolvimento “de pessoa ou de pessoas” da Polícia do Senado em um novo episódio de espionagem contra o senador goiano.

O presidente interino do Senado, Tião Viana, informou que ainda na terça encaminhou ofício ao Ministério da Justiça dando conhecimento das preocupações dos senadores que falaram sobre a denúncia de espionagem publicada pela revista *Veja* e solicitando “imediatas providências”.

O corregedor, Romeu Tuma (PTB-SP), disse acreditar que o pedido de Marconi para que a nova denúncia fosse acrescentada à quinta representação “impediria, em tese, o arquivamento da preliminar”.

Demostenes Torres e o líder de seu partido, José Agripino (RN), anunciaram recurso contra a decisão de Quintanilha. Marconi Perillo considerou precipitada a decisão do presidente do Conselho de Ética e pediu a imediata revisão.

Já Renato Casagrande (PSB-ES) disse que ligou para o presidente do conselho solicitando cópias da medida para avaliar se cabe recurso ou não. “A decisão foi tomada sem uma consulta”, lamentou.

Transferências para estados e municípios, via fundos de participação, sobem para R\$ 123,7 bilhões, em decorrência das novas contas feitas pelo relator Francisco Dornelles

Nova estimativa prevê receitas brutas adicionais de R\$ 21,8 bi

As receitas primárias brutas da União para 2008 foram reestimadas para R\$ 704,6 bilhões, com aumento de R\$ 21,8 bilhões em relação ao projeto do Orçamento para o período, que o governo encaminhou ao Congresso em agosto. A previsão consta do segundo Relatório de Receita, encaminhado ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) por Francisco Dornelles (PR-RJ).

O senador responde pela relatoria que, este ano, cuida especialmente da revisão dos dados de arrecadação constantes da proposta orçamentária. Com relação ao primeiro Relatório de Receitas, divulgado no mês passado, o acréscimo bruto de recursos é de R\$ 8 bilhões. Em decorrência da nova reestimativa, as transferências aos estados e municípios – via fundos de participação – sobem para R\$ 123,7 bilhões.

O presidente da CMO, José Maranhão (PMDB-PB), disse que esses números vão contribuir para que a comissão possa elaborar uma proposta final que atenda “razoavelmente” às emendas das bancadas de todos os estados.

Relatórios setoriais

A CMO também aprovou on-



Dornelles, autor da reestimativa de receitas, entre Maranhão (E) e José Pimentel

tem o relatório setorial da área de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte para 2008. O relator, deputado Manoel Júnior (PSB-PB), acolheu 2.296 emendas, correspondentes a despesas globais de R\$ 1,75 bilhão.

No total, o orçamento global para os quatro ministérios que integram a área, enviado ao Congresso com R\$ 38,14 bilhões, elevou-se para aproximadamente R\$ 39,7 bilhões. O Ministério da Educação recebeu a maior fatia – R\$ 31,247 bilhões.

O relatório sobre a área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, apresentado pelo senador

Jayme Campos (DEM-MT), foi lido ontem e será votado hoje. Até agora, a CMO acolheu dois dos dez relatórios setoriais. O documento da área da Justiça e Defesa foi votado na terça-feira.

Obras inacabadas

Também ontem, o presidente do Comitê de Avaliação de Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades, deputado Eduardo Valverde (PT-RO), informou que o texto básico do projeto do Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011 poderá ter um cadastro de obras inacabadas. Estima-se que os prejuízos com esses empreendimentos podem chegar a R\$ 3 bilhões.

Senadores sistematizarão normas de TV por assinatura

Um grupo de trabalho constituído por senadores vai reunir e sistematizar a legislação referente à televisão por assinatura. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCT) durante audiência pública para instruir projeto que altera a lei da TV a cabo para destinar um canal ao Executivo.

O debate mostrou aos senadores que a proposta (PLC 29/05) está prejudicada pela edição da MP 398/07, que criou a TV Brasil e destinou dois canais de TV a cabo à emissora. O fato levou Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a pedir o arquivamento do projeto e a criticar criação da emissora por meio de medida provisória. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Romeu Tuma (PTB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também apontaram a falta de justificativa para o uso de MP na criação da TV Brasil.

O representante do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, e o subchefe-executivo da Secretaria de Comunicação Social



Na audiência da CCT, Evandro Guimarães, Annenberg, Ottoni Fernandes e ACM Júnior

da Presidência, Ottoni Fernandes, afirmaram que a MP se justificou pela urgência e relevância impostas pelo avanço da tecnologia digital e a necessidade de implantação ágil da TV Brasil.

Cícero Lucena (PSDB-PB) sugeriu que o grupo de trabalho proponha uma regulamentação geral para todas as plataformas ou modalidades de televisão no país – proposta que tem o apoio do presidente da CCT, Wellington

Salgado (PMDB-MG).

Alexandre Annenberg, presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura, disse que as operadoras enfrentam a falta de espaço para acolher os canais de TV pública. Já o conselheiro da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) Evandro Guimarães disse que a TV aberta encontra-se “ameaçada pela falta de instrumentos que protejam esse sistema”.

Prodasen apresenta Siga Brasil em fórum

O sistema de informações Siga Brasil, que integra a página de Orçamento da União do site do Senado, foi apresentado ontem no I Fórum de Tecnologia da Informação na Administração Pública, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelo diretor da Subsecretaria de Soluções de Tecnologia de Informação do Prodasen, Carlos Magno.

O Siga Brasil reúne os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (Siafi) e outras bases em um único portal, a fim de facilitar a disseminação de informações sobre orçamento público.

Atores em defesa da floresta amazônica

Os atores Christiane Torloni e Victor Fasano estiveram com o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), para pedir apoio ao Movimento de Artistas em Defesa da Floresta Amazônica.

De acordo com Fasano, que também é secretário de Promoção e Defesa dos Animais do Município do Rio de Janeiro, os artistas querem apoio dos políticos para o cumprimento da Constituição, que já enfatiza a proteção da floresta. O ator afirmou que a principal meta é evitar o banditismo, caracterizado por ações ilegais de desmatamento.

Ação de graças pelo ano de trabalho

Os presidentes do Senado, Tião Viana, e da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, participaram ontem de missa de ação de graças por ocasião do encerramento dos trabalhos legislativos.

A missa foi celebrada pelo arcebispo de Brasília dom João Braz de Aviz, no Salão Negro do Congresso, com o acompanhamento do Coral do Senado. Ainda estiveram presentes na cerimônia o senador Augusto Botelho (PT-RR); o deputado Inocêncio de Oliveira (PR-PE); o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; e a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra.



Antonio Carlos Júnior pede empenho de governador

ACM Júnior quer evitar fuga de empresas da Bahia

Ao lamentar a decisão da Dow Chemical de fechar duas fábricas na Bahia – em Aratu e em Camaçari –, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) cobrou maior empenho do governador Jaques Wagner em demonstrar que “a Bahia continua viável para novos investimentos e um porto seguro para as indústrias já instaladas”.

O senador declarou que a desativação de fábricas pode gerar um fator psicológico desfavorável à atração de novos investimentos, além dos prejuízos diretos, como a queda de arrecadação e do número de empregos.



Mão Santa: “Queremos um homem respeitável no ministério”

Mão Santa sugere nomes para ministro da Cultura

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu alguns nomes para ocupar o Ministério da Cultura, no lugar de Gilberto Gil, que está deixando o cargo. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a atriz Fernanda Montenegro, os escritores Ariano Suassuna e Assis Brasil são alguns dos nomes propostos.

O parlamentar comentou ainda pesquisa sobre nível de conhecimento de estudantes de 56 países, na qual o Brasil figura em penúltimo lugar, e que revelou que “50% dos estudantes brasileiros não sabem que a Terra gira”.

Programa do governo determina a obrigatoriedade da mistura de 2% de biocombustível no diesel a partir de janeiro de 2008 e de 5% a partir de 2013, mas empresários dizem ter condições de oferecer mais

Produtores de biocombustíveis querem garantia de demanda

A capacidade de produção das empresas do setor de biocombustíveis é de 2,4 milhões de litros por ano – quase três vezes a previsão da demanda de 840 milhões de litros criada com a mistura obrigatória no diesel determinada pelo governo. Diante disso, as empresas querem a adoção de medidas para garantir demanda para os biocombustíveis, afirmou o presidente da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio), Odacir Klein, ontem, em audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, ligada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O Programa do Biodiesel determina a obrigatoriedade da mistura de 2% de biocombustível ao diesel a partir de 1º de janeiro de 2008. Segundo Klein, os empresários têm condições de entregar bem mais do que isso, mas a mistura de 5% é prevista somente para 2013. Outro problema enfrentado pelas em-



Barreto Neto (E), João Tenório, Neuto de Conto, Odacir Klein e Sérgio Beltrão na CRA

presas, de acordo com o dirigente, é que, ao contrário dos produtores de soja, que são isentos do pagamento de impostos federais e do ICMS, esse incentivo não existe para os produtores de biocombustível.

– Na Argentina é o contrário: lá tributa-se fortemente o grão e quase que não se tributa o biocombustível que venha a ser exportado – disse Klein.

O presidente da Ubrabio ressaltou, porém, o reconhecimento do setor pela “atuação séria” do governo na tentativa de encontrar soluções para esses problemas. Ele afirmou que há dúvida sobre

a capacidade de oferta de matéria-prima para o setor, pois atualmente a soja – cujo preço é determinado pelo mercado internacional – é responsável por 75% do biodiesel produzido.

O professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Francisco Nabuco

Barreto Neto defendeu a criação da Empresa Brasileira de Biocombustíveis, a exemplo da Petrobras. Ele acrescentou que a produção de biocombustíveis está concentrada no Centro-Sul, aumentando as desigualdades regionais. Dos R\$ 19 bilhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para os biocombustíveis, apenas R\$ 52 milhões foram destinados ao Norte; R\$ 140 milhões para o Nordeste e mais de R\$ 17 bilhões para o Centro-Sul.

O diretor-executivo da Ubrabio, Sérgio Beltrão, também participou do debate na subcomissão.

João Tenório defende subsídios para a produção

Na opinião do presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, João Tenório (PSDB-AL), a produção de biocombustíveis deveria ser subsidiada pelo governo.

– Caso contrário, vamos ficar patinando, será impossível dar velocidade à produção de biodiesel para atender à demanda necessária – argumentou.

O senador lembrou que, no início da implantação do Programa Brasileiro do Álcool (ProÁlcool), o produtor não tinha condições de competir com o petróleo, mas o governo subsidiou a produção do álcool. Para Tenório, o mesmo deveria se dar agora com o biodiesel.

Sobre o papel da produção de biocombustíveis na diminuição das desigualdades regionais, o senador disse que, quando havia subsídios para o Nordeste, a região chegou a produzir 71 milhões de toneladas de cana, enquanto São Paulo produzia 70 milhões. Hoje, o Centro-Sul produz 400 milhões de toneladas e o Nordeste, 50 milhões. Por questões de topografia e clima, o custo da produção de cana no Nordeste é mais alto do que no Centro-Sul, explicou.

Na audiência, o presidente da CRA, Neuto de Conto (PMDB-SC), informou que na próxima quarta-feira a comissão fará debate sobre o zoneamento agrícola e a venda de terras para estrangeiros.

O senador ressaltou a importância desse debate tendo em vista o fato de que o superávit do comércio exterior do Brasil é produzido pela exportação do agronegócio. Ele observou que o país dispõe de mais de 900 milhões de hectares à disposição da produção agrícola.

– Com essa capacidade, o país poderá produzir 10% da energia do planeta. Se temos capacidade industrial instalada para produzir 2 bilhões e 300 milhões de litros de biodiesel por ano e por algum motivo não pudermos usar a soja, vamos usar outras matérias-primas, como pião-manso, mamona e palma de dendê – disse.

Papaléo e Fátima Cleide fazem apelos ao governo federal

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) cobrou dos deputados a aprovação imediata do projeto que trata do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo do Jovem Infrator. Ela pediu ao presidente Lula que edite uma medida provisória caso a Câmara não delibere sobre o tema até o final do ano.

– Também defendo uma MP caso



Fátima Cleide pede urgência para piso do magistério e atendimento ao jovem infrator

os deputados não encaminhem ao Senado o projeto de lei que institui um piso salarial para os trabalhadores do magistério – afirmou.

Célio Azevedo

Tomógrafo

Ao registrar a presença em Plenário do vice-governador e secretário de Saúde do Amapá, Pedro Paulo Dias Carvalho, Papaléo Paes (PSDB-AP) apelou ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que libere os recursos da emenda apresentada pelo ex-deputado Benedito Dias Carvalho, previstos para a aquisição de um tomógrafo para o estado.

– O secretário veio a Brasília pedir a liberação dessa emenda. No Amapá, temos bons técnicos e profissionais, mas faltam equipamentos.



Para Flexa Ribeiro, faltaram investimentos em energia

Flexa Ribeiro diz que Lula “parou o setor elétrico”

O governo federal, na opinião de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), deveria ter investido mais na geração hidrelétrica de energia.

O senador disse que, de 1998 a 2002, o governo licitou áreas para aproveitamento energético numa média de 2.047 megawatts anuais. Entre 2003 e 2006, essa média ficou em 356 megawatts. Para ele, esse foi “o erro estratégico básico do atual governo, que não se preocupa com o abastecimento energético, principalmente das grandes empresas consumidoras”.

– O governo Lula parou o setor elétrico – apontou.



Sibá festeja decisão de órgão da OMC que manteve proibição

Sibá comemora fim da importação de pneus usados

A decisão do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) que manteve a proibição da importação, pelo Brasil, de pneus usados, adotada em painel da entidade, foi comemorada por Sibá Machado (PT-AC). Segundo o senador, a União Européia havia alegado que o discurso ecológico disfarçaria uma restrição ilegal a seus produtos. No entanto, explicou Sibá, o Órgão de Apelação manteve a conclusão de que a medida tomada pelo Brasil é necessária à proteção da saúde humana e do meio ambiente.



Generaldo Magalhães

Parecer da AGU permite análise segura para reingresso, diz Paim

Paim: solução para demitidos no governo Collor

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que está próxima uma solução definitiva para os milhares de servidores públicos demitidos durante o governo Collor. Ele se referia a parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que fixa a interpretação da Lei 8.878/94, para permitir que a Comissão Especial Interministerial (CEI) tenha segurança e embasamento jurídico para analisar, caso a caso, o reingresso dos servidores.

Paim também registrou a realização, ontem, de 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora.



Generaldo Magalhães

Trecho de livro lido por Camata ressalta honras ao monarca

Camata lembra 116 anos da morte de dom Pedro II

Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou ontem os 116 anos da morte do ex-imperador do Brasil dom Pedro II, que governou o país de 1840 até a Proclamação da República, em 1889.

O senador leu trecho do livro *D. Pedro II*, do historiador José Murilo de Carvalho, que se refere ao episódio da morte do monarca, em Paris, em dezembro de 1891, onde se encontrava em exílio. O presidente da República francesa, Sadi Carnot, “determinou honras militares, ignorando o protesto do governo brasileiro”, relata o livro.

Projeto de lei aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais prevê multas e penas de detenção que variam de dois a quatro anos para quem desobedecer à legislação

Novas regras visam prevenir danos causados à saúde por inseticidas

O Brasil está prestes a ter sua primeira legislação voltada exclusivamente para a área de inseticidas. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que estipula normas para a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública, com multas e penas de detenção que variam de dois a quatro anos para quem desobedecer à legislação.

Pela proposta (PLS 123/04), apenas inseticidas devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) poderão ser empregados em atividades de saúde pública, desde que sob a responsabilidade de autoridade sanitária. Para a concessão do registro, só poderão habilitar-se os produtos que cumpram as exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores de saúde, do meio ambiente e da agricultura.



Presidida por Patrícia Saboya, CAS aprova proposta que obriga registro na Anvisa

Além disso, emenda do relator da matéria, Flávio Arns (PT-PR), determina que, para a concessão do registro, a Anvisa deverá considerar os possíveis prejuízos decorrentes do uso do inseticida para a saúde dos trabalhadores envolvidos no manuseio do produto e para as populações expostas a ele. Caso o produto se encontre na situação de “sem registro definitivo” pela agência, somente poderá ser utilizado para atividades de saúde pública em caráter experimental.

– Ainda que nem sempre seja possível estabelecer o nexo causal entre a exposição aos inseticidas e eventuais

problemas de saúde apresentados pelos trabalhadores e pela população em geral, é unânime a opinião de que a legislação brasileira que trata do uso de inseticidas em atividades de saúde pública é insatisfatória – afirmou Flávio Arns.

O senador lembrou que, no Brasil, os

inseticidas são considerados agrotóxicos e, portanto, são regulados pela legislação específica dessa área. Ainda segundo o PLS 123/04, os produtos com prazo de validade vencido ou prestes a vencer serão também submetidos a avaliações laboratoriais a fim de se estabelecer novo prazo para a utilização.

Papaléo Paes lembrou que audiência pública realizada sobre o assunto mostrou a triste realidade e as consequências físicas, psicológicas e em relação aos direitos trabalhistas sofridas por profissionais que lidam com inseticidas.

Projeto de lei proíbe estímulo à velocidade de motociclistas

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que proíbe empresas e pessoas físicas empregadoras ou tomadoras de serviços prestados por motociclistas de estabelecer práticas que estimulem o aumento de velocidade.

Conforme a proposta (PLS 98/07), o estímulo pode ser constatado por práticas como o oferecimento de prêmios pelo cumprimento de metas por número de entregas ou prestação de serviços, a promessa feita ao consumidor de dispensa de pagamento caso o serviço ou fornecimento do produto seja feito fora do prazo previsto e ainda o estabelecimento de competição entre motoristas com o objetivo de elevar o número de entregas ou de prestação de serviços.

O relator da matéria, senador Paulo Paim (PT-RS), acrescentou à matéria uma emenda que prevê multa de R\$ 300 a R\$ 3 mil para o empregador que estimular o aumento de velocidade dos motociclistas de sua empresa, infringindo a legislação. A presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), lembrou que os acidentes com motos estão entre as maiores causas de morte em trânsito no Brasil.

A comissão aprovou ainda requerimento de Paulo Paim para a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH), a fim de discutir os fatos que envolvem a Clínica Santa Geneveva, no bairro de Santa Tereza, bem como em outras casas geriátricas do Rio de Janeiro.

Limite a métodos de seleção agressivos aos trabalhadores

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) poderá ser alterada para que fique proibido o uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador. Substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) a projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS), que propõe a alteração, foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais.

Pela proposta (PLS 262/03), que tramita na CAS em decisão terminativa e já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos (CDH), serão proibidos métodos, técnicas e procedimentos de caráter discriminatório; que exijam o pagamento de taxas e despesas injustificáveis; que violem a intimidade, a honra e o sigilo de dados do trabalhador ou ainda sejam constrangedores.

Kátia Abreu lembra que se tornou corriqueira, no Brasil, a realização de longos e exigentes processos seletivos, muitos deles com exigências que extrapolam os limites de razoabilidade.

A proposta prevê ainda que, caso seja comprovado algum dano ao trabalhador em processo de recrutamento, a empresa contratante ficará sujeita ao pagamento de indenização, com base no salário oferecido à vaga pretendida, limitada ao máximo de dez vezes esse valor.

A CAS aprovou ainda requerimento de Paulo Paim, subscrito por outros senadores, para a realização de audiência pública que tem por objetivo discutir o Programa de Aceleração do Crescimento para a área de Saúde (PAC da Saúde), lançado ontem.



João Araújo

Infra-estrutura é um dos problemas, observa Papaléo

Papaléo pede mais atenção para o Amapá

Ao anunciar visita que o presidente Lula fará a seu estado, Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu ontem que o governo abra os olhos para os problemas do ex-território, causados muitas vezes pela omissão da União. Segundo ele, o Amapá enfrenta graves problemas de infra-estrutura, com poucas estradas, quase sempre precárias, e apenas um aeroporto, em Macapá, operando acima da capacidade.

Essa falta de estrutura, na avaliação de Papaléo, impossibilita o crescimento de uma vocação natural do estado, o turismo ecológico.



Marcelo Crivella

Negros voltaram do Paraguai sem moradia, afirma Marcelo Crivella

Crivella contesta O Globo sobre origem de favela

Em pronunciamento feito ontem, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) criticou o jornal *O Globo* por ter classificado de “gafe histórica” afirmação do presidente Lula durante visita a Cantagalo, no Rio de Janeiro. Lula disse que a comunidade do morro da Providência teria surgido por causa da Guerra do Paraguai, durante o Império. Crivella informou que ele próprio passou essa informação ao presidente.

– Ao retornar, por volta de 1870, eles encontraram a alforria sem trabalho e sem moradia – ressaltou.